



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Política Social , Seguridade Social e Proteção Social)

**Neoliberalismo e políticas sociais no brasil: o controle do
trabalho e o esvaziamento da proteção social**

Jean Alexir dos Santos¹

Resumo: O artigo analisa o desmonte das políticas sociais no Brasil sob a hegemonia neoliberal, problematizando os efeitos do avanço neoliberal, especialmente a mercantilização do trabalho e dos direitos sociais e o esvaziamento da seguridade social. Tem por objetivo problematizar esse movimento como projeto político de dominação e desresponsabilização do Estado. Realizado por meio de revisão bibliográfica, com apoio em autores da teoria social crítica, articulando conceitos como trabalho alienado e fetichismo da mercadoria. Conclui-se que o neoliberalismo constitui racionalidade que subverte direitos, fragiliza a seguridade social e transforma a política social, antes direito universal, em mercadoria regulada pelo mercado.

Palavras-chave: política social; neoliberalismo; trabalho; fetichismo da mercadoria.

Abstract: The article analyzes the dismantling of social policies in Brazil under neoliberal hegemony, problematizing the effects of neoliberal expansion, especially the commodification of labor and social rights and the weakening of social security. Its objective is to understand this movement as a political project of domination and the state's withdrawal of responsibility. Conducted through a bibliographic review, drawing on authors within critical social theory, it articulates concepts such as alienated labor and commodity fetishism. It concludes that neoliberalism constitutes a rationality that subverts rights, weakens social security, and transforms social policy—once a universal right—into a market-regulated commodity.

Keywords: social policy; neoliberalism; labor; commodity fetishism.

1 INTRODUÇÃO

Travessia! Essa é a palavra que melhor colabora com as intenções desses escritos sobre políticas sociais no Brasil e com a trajetória de quem se debruça em dialogar com o tema e com o leitor e leitora. Pode-se usar a palavra “aventura” para explicar esse ensaio/escrito de um profissional da Educação — um professor de Educação Física — conversando com o Serviço Social. Aventurar, no sentido de uma transição consciente entre duas áreas que carecem de atenção e reforços frente ao desmonte intencional de suas ações e políticas, e que se pode buscar, no verbo “Esperançar” de Paulo Freire² uma forma de resistência que vá além da educação, mas que se estenda até as políticas sociais.

¹ Professor de Educação Física, bolsista CAPES (estudante de mestrado), mestrando em Serviço Social e Políticas Sociais, jeanalexir.santos@uel.br.

² Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. Esperançar é definida pelo educador como ato em comunidade, uma ação de buscar-se ir atrás, juntar-se e não desistir. Orientando o educador a manter uma postura ativa diante de injustiças, atuando de forma crítica, almejando a transformação social por meio da esperança como prática política e não meramente como espera milagrosa.



Além desse pensador da área da educação, esses escritos trarão bases em autores e autoras como Dardot e Laval, e Fagnani, para exemplificar a política social e a relação neoliberal no Brasil. Sposati versando com a desproteção social em nosso país, culminando com Marx e Mészáros, contribuindo com a relação ser humano e trabalho como ponto de partida e chegada para a compreensão da crise democrática no Brasil.

Por mais que a apresentação destes autores e autoras possa seguir passos de um levantamento bibliográfico, a ideia é ir além desse puro entendimento metodológico. Busca-se desenvolver um enfoque crítico-contemporâneo acerca de buscas por respostas quanto às políticas sociais no Brasil, sua crise e desafios, com o objetivo de problematizar criticamente os efeitos do avanço neoliberal sobre as políticas sociais brasileiras, com ênfase nos processos de mercantilização do trabalho e dos direitos sociais e no esvaziamento da seguridade social, entendendo esse movimento como parte de um projeto político de dominação e desresponsabilização do Estado.

Evidenciando a intensificação e consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, e em como esse movimento econômico reconfigurou o papel do Estado e redefiniu as políticas sociais por meio de uma lógica de mercado. Atesta-se ainda que as transformações no mundo de trabalho demandadas pela exploração da classe trabalhadora pela burguesia e pela organização de mercado, vem mantendo — desde o feudalismo, do trabalho fabril no início da industrialização brasileira, até a nova forma de exploração recém conhecida como uberização — como elemento focal o controle dos trabalhadores e a manutenção dos mesmos mecanismos de dominação de classe.

No momento cabe um convite ao leitor e a leitora, em acompanhar este trajeto permeado de desafios e buscas por possíveis respostas, deixando para mais que conclusões, — as quais penso que ao tema proposto não cabem um ponto final — mas inquietações e provocações que nos levarão a maiores aprofundamentos no que se já tem produzido sobre a crise na política social brasileira e na criação de novos estudos críticos que irão fundar bases para que, quem sabe, um dia conclusões possam ser possíveis e o quadro atual seja revertido e possamos vislumbrar dias melhores na garantia da proteção social e dos direitos sociais.

Sendo necessário reafirmar as políticas sociais como direitos universais e inalienáveis, buscando caminhos para o afastamento do seu entendimento como favores atrelados à lógica do mercado.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Do controle do trabalho à mercantilização da política social

Nesta seção, será apresentada como o processo histórico trilha os caminhos do trabalho rumo à mercantilização da política social e suas bases que são fortemente encontradas no modo



de produção capitalista. O trabalho, identificado como atividade fundante do ser social³, é posto sob a égide da acumulação, transformando-se em força de trabalho a ser explorada e geradora de mais-valia. Isso é importante se ter em mente, pois uma vez separados, trabalhador e meios de produção, se estabelece uma nova forma de dominação, uma em que o controle não finda ao processo produtivo, mas alça o conjunto das relações sociais. De tal forma, o trabalho alienado age na transformação das relações sociais em relações entre coisas. Estabelecendo bases essenciais para o fetichismo da mercadoria e da naturalização da exploração.

Tal dinâmica é aprofundada neste estudo, considerando que o capital não se trata apenas de um sistema econômico, mas de um sistema sociometabólico como indica Mészáros em *Para Além do Capital*⁴ (2002). Um sistema estruturado na subordinação do Estado, de políticas e da reprodução social a sua lógica desenfreada. Estado esse que é tratado como instância longe de se apresentar de forma neutra, mas como interlocutor dos interesses do capital, assegurando de forma sólida as condições de reprodução do sistema. Nesse sentido, o controle do trabalho, toma níveis que extrapolam o puro local de trabalho ou o chão de fábrica como constuma-se dizer, passando a organizar as formas de vida, inferindo um princípio regulador: a competitividade.

Isso em termos mundiais e gerais, mas se tratando especificamente do contexto brasileiro, tem-se a expansão e consolidação neoliberal a partir da década de 1990, reconfigurando a atuação do Estado. Em relação a política social, essa como totalidade, é fruto de lutas históricas da classe trabalhadora, mas que dentro do novo contexto de operação neoliberal é reconfigurada por meio de critérios focalizados, seletivos e imbuídos por uma racionalidade mercadológica.

De tal modo, o momento que discorre nas subseções seguintes é de que, a mercantilização da política social apresenta o movimento de subversão, na qual a lógica de valor imposta pelo capitalismo invade e interfere de forma embrionária no campo dos direitos. Portanto, o percurso que abrange desde o controle do trabalho à mercantilização da política social é expressado na expansão do modo de produção no capitalismo em que o capital tem se sobressaído a vida social.

2.1.1 Trabalho, Estado e a consolidação neoliberal nas políticas sociais brasileiras

Antes de chegar ao projeto neoliberal no Brasil, precisamos destacar as funções do trabalho e suas transformações, em específico dentro do capitalismo. Nosso país perpassou de uma ordem feudal para uma ordem capitalista com a advento do avanço industrial no início do

³ Manuscritos econômico-filosóficos: propriedade privada e trabalho alienado, de Karl Marx (1844) — tradução de 2015 — o autor apresenta a concepção de o trabalho ser a mediação entre homem e natureza, na transformação do natural e ao mesmo tempo de si próprio. O que viria a ser intensificado em obras posteriores de Marx como em a Ideologia Alemã e nos três volumes de O Capital.

⁴ Para Além do Capital, de István Mészáros, o termo apresentado sistema metabólico, usado para se referir ao capitalismo, serve para designar a organicidade das mediações pelas quais o capital estrutura e reproduz a vida social. Operando acerca da subordinação do trabalho às imposições da acumulação e da manutenção e reprodução de sistemas hierárquicos de comando em todo campo e dimensão de sociabilidade.



século XX, com ele, muda-se a concepção de trabalho, mas se mantém os mecanismos de dominação de classe.

Ao ser traduzido e apresentado em 2015 por José Paulo Neto e Maria Antónia Pacheco, as contribuições de Marx com os “Manuscritos Econômicos-Filosóficos: propriedade privada e trabalho alienado” de 1844, nos dão um passo inicial para compreensão dos desdobramentos aos quais culminam na relação trabalho e políticas sociais.

De acordo com Marx (2015), o trabalho surge como atividade principal e de gênese do ser social, isso na relação ser humano/natureza, mas que se transforma com a lógica capitalista. Sob essa nova perspectiva o trabalho deixa de ser uma expressão da vida humana e tem sua metamorfose para uma atividade forçada. Tal característica culmina com o conceito de trabalho alienado, não justo e de exploração da força de trabalho humano de variadas formas, seja privando o trabalhador de seu produto ao qual ele não é dono — esse trabalhador não possui posse sobre tal mercadoria — e quanto ao produzir, não mais se há o prazer e satisfação como transformação da natureza para sobrevivência, pelo contrário, no capitalismo se há a necessidade de produzir em escala e para além disso, há a transformação da relação social em concorrência.

O ponto em que se busca evidenciar é justamente o último indicado: a relação social transformada em concorrência. Indo a mais que na relação humana, mas alcançando instâncias maiores, como Estado, sociedade civil e luta de classes, de um lado trabalhadores e do outro burgueses, estes últimos, aqui tidos e prontamente inquestionável como os portadores do grande capital.

Há uma disputa de poder, que no seio embrionário do capitalismo e fim do feudalismo era disputado entre Estado e Igreja Católica, mas que com o avanço da máquina capital pelo mundo, acaba por deixar de lado o clero e incorporar o grande empresariado. Os novos burgueses! Com o desenrolar das relações políticas na América Latina e consequentemente no Brasil ao longo do século XX, ocorre um posicionamento de grandes potências mundiais — Estados Unidos da América e Inglaterra — com interesses voltados ao lado sul do mapa. Grande interesse esse engajado e financiado pelo empresariado detentor do capital.

Um interesse que veio a culminar em um Chile sendo feito de laboratório na América do Sul. Mas, um laboratório de que e servindo a quem? Um protótipo neoliberal e servindo a interesses privados. Não demorou muito para o projeto do Chile com Pinochet (1973-1990) expandir o neoliberalismo para outros países, incluindo o Brasil.

A intensificação neoliberal no Brasil ocorre a partir dos anos 1990, mas não sem antes construir suas bases sob uma democracia enfraquecida, ou melhor, uma democracia inexistente no período ditatorial militar brasileiro (1964-1985). Bases que resvalaram na construção da carta magna de nosso país, influenciando a Constituição Federal de 1988 que inegavelmente demonstrou grandes avanços na garantia de direitos sociais à sociedade (principalmente a classe trabalhadora), mas que foi duramente modificada aos interesses particulares ao longo dos anos seguintes. Temos aqui um dos fortes motivos de os anos 1990 serem essa intensificação



neoliberal no Brasil. Abre-se o país para o capital estrangeiro, limita-se a atuação do Estado e seu alcance, passando o que antes era dever dessa instância, para as mãos do setor privado.

Temos que ter a clareza da classe que se encontra como entusiasta do modelo neoliberal, ou melhor, não mais podemos chamar de modelo ou plano algo que já se é concreto, então consolidado é o termo mais adequado para se referir ao neoliberalismo. E quanto a classe, esta é a burguesa!

Para Fagnani (2017) as elites burguesas, ou melhor, a classe burguesa, atravancam o avanço do Brasil, sendo esse pequeno grupo, o representante dos ataques a Constituição Federal de 1988 causadores, a médio e longo prazo — desde a década de 1990, intensificado com a queda de Dilma perante um golpe — do que ele chamou de “fim do breve ciclo de restauração democrática”. Tal classe é indicada como a grande entusiasta do modelo neoliberal no Brasil, condicionando o papel do Estado ao mínimo possível quando se trata de política social.

De acordo com Dardot e Laval (2016), no neoliberalismo impera a concorrência e tal dimensão afeta o Estado, fazendo com que este busque minimizar seus resultados, como se de fato fosse uma empresa. Configura-se um papel submisso à ordem de mercado.

O Estado brasileiro entregue a concepção neoliberal, cria políticas sociais rasas, operando sob uma lógica de classe. As duras conquistas oriundas dos movimentos sociais ao longo da ditadura e que culminaram com a CF 1988, mas que com o advento neoliberal, forçam a política social como um mecanismo de controle e neutralização de mobilizações sociais mais radicais, reprimindo sindicatos e movimentos sociais de maior e menor expressão. Faz-se política social, nesse período no Brasil, em meio a repressão e ao controle de conflitos trabalhistas e sociais.

Herança essa que persiste aos dias atuais, seja em maior ou menor grau, aparecendo explicitamente ou disfarçadamente, a anteriormente ideologia neoliberal e agora fundado e consolidado neoliberalismo, fez o Estado brasileiro encarar o enfrentamento a questão social não como um problema de desigualdade estrutural, mas como um obstáculo aos interesses privados, provocando no país um caráter neoliberal de focalização das políticas sociais e sua responsabilização aos sujeitos mais precarizados, com o intuito de reduzir e não acabar com as diferenças sociais, agindo assim, na contramão de ações de cunho social.

2.1.2 Política social como mercadoria: crise democrática, fetichismo e responsabilização individual

Após o enraizamento neoliberal no Brasil durante a década de 1990, o quadro construído para a política social é de desmobilização social. Aqueles mesmos movimentos sociais e sindicais que décadas anteriores lutaram veementemente contra regimes ditatoriais no país, começam a ser desmobilizados e enfraquecidos.

Há um esvaziamento e um distanciamento da população nas lutas sociais, tal decisão pode encontrar respostas na própria população que se encontra capturada pelo discurso



meritocrático do capital. Nesse contexto, a proteção social se torna mercadoria.

Dá-se um passo primordial para sua desconfiguração e captação por interesses burgueses, que para Sposati

A proteção social naturalizada e extraída de seu valor de direito humano e civilizatório é transformada em mercadoria, cujo valor agregado e estratégico é direcionado a interesses que comprometem sua finalidade protetiva, e ampliam as desigualdades sociais (SPOSATI, 2018, p.2316).

Falar de política social como proteção social no Brasil é também falar de mercado, que junto aos ataques às lutas de movimentos sociais e sindicatos trabalhistas, colaboraram e colaboram para a desestruturação da seguridade social. Ou como Sposati apresenta, uma “seguridade social esgarçada”. Muito, enfatizada pela autora por ela — a seguridade social — não ter tido ou vivenciado um movimento popular que a relacionaria ao interesse da população, como algo de fato valorativo em sua realidade, fazendo com que seu sentido tenha ficado neblinoso.

Esse afastamento é parte de um projeto que busca desarticular os interesses sociais quanto às políticas sociais. O efeito do trabalho e suas transformações ou revoluções como também possamos chamar, vieram de uma ótica burguesa. As mudanças impostas com o trabalho feudal, depois no capitalismo com o trabalho fabril, com a revolução tecnológica até o recente chamado trabalho uberizado⁵, todos possuem elos em comum que é o controle dos modos de vida e de luta dos trabalhadores e a manutenção dos mecanismos de dominação.

Isso, alinhado ao desejo de consumo da sociedade atual para se adequar às diversas realidades vividas por sujeitos de diferentes culturas, acaba culminando em um encobrimento do fetichismo da mercadoria. Desta forma, o fetichismo da mercadoria desloca o olhar social para o valor do produto, mascarando todo processo exploratório para produzi-lo, mas que podemos alinhar a essa relação sociedade e políticas sociais. Em específico quando todas essas mudanças do trabalho no capitalismo sempre buscarem a responsabilização do trabalhador, alinhando a percepção das relações sociais de produção como relações entre coisas e não entre pessoas. Afastando o cunho social.

Na forma que, na realidade brasileira existe uma figura de mascaramento sofisticado e atrelada ao desejo de consumo, que age na retirada do foco da sociedade do processo social de produção para um valor de troca, o que se pode transpor como manifestação do entendimento sobre políticas sociais, sendo estas entendidas no sentido de reificação de suas origens nas lutas de classes, vistas como mercadorias e não mais como direitos.

⁵ Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado, de Ludmila Costhek Abilio. Um texto em que a autora analisa como trabalhadores entregadores, motoristas concentrados em plataformas digitais são manipulados ao pensamento empreendedor, sendo na realidade autogerentes subordinados. Essa transformação do trabalho denominada uberização, transforma o trabalho sob demanda, também conhecido como “*just-in-time*”, no qual o trabalhador assume isoladamente com os riscos e custos enquanto é subordinado e tem o trabalho demandado por algoristimos, administrando a si próprio perante subordinação.



O consumo forma normas, uma delas é o direito de consumir com liberdade, que é puramente ilusória! Assim são as políticas sociais no Brasil. Há um consumo que possui normas, essas controladas pelo Estado, este, age como comitê executivo da burguesia, esta classe, dita os rumos das transformações do trabalho que por sua vez controlam e condicionam os trabalhadores, que por fim, colocados a rede — em uma analogia aos ringues onde acontecem disputas — se encontram pressionados por suas decisões e como únicos responsáveis por sua condição social e que, sem perspectivas de escape, acabam sucumbindo a imposições que os afastam de uma leitura das políticas sociais como direitos inalienáveis e os aproximando da visão de mercadoria e consumo das políticas sociais.

3 RESULTADOS

Este estudo evidencia a intensificação e consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, e como esse movimento econômico reconfigurou o papel do Estado e redefiniu as políticas sociais por meio de uma lógica de mercado. Atesta-se ainda que as transformações no mundo de trabalho demandadas pela exploração da classe trabalhadora pela burguesia e pela organização de mercado, vem mantendo — desde o feudalismo, do trabalho fabril no início da industrialização brasileira, até a nova forma de exploração recém conhecida como uberização — como elemento focal o controle dos trabalhadores e a manutenção dos mesmos mecanismos de dominação de classe.

O Estado, ao absorver o modo de pensamento neoliberal, passou a delimitar e limitar sua atuação no que diz respeito a garantia dos direitos sociais, transferindo suas responsabilidades ao privado, resultando na adoção de políticas restritivas. Todo esse caminho favoreceu a construção de camadas de enfraquecimento da seguridade social e de demais setores que atuavam como frente na garantia destes, como é o caso dos movimentos sociais e sindicais que foram pouco a pouco desmobilizados.

Enquanto a política social perpassa por um processo, que cooptado assim como o Estado, assume uma postura em um processo de mercantilização, se encontrando compreendida como mercadoria e não vista como direito universal. Reforçado pelo fetichismo da mercadoria, no qual articula o discurso meritocrático e incentivo ao consumo dentro da lógica capitalista, reforçadas pela responsabilização individual pelas disparidades estruturais, promove uma mudança de sentido, um deslocamento do entendimento das relações sociais de produção. Isso, como resultado gera a consolidação de uma racionalidade que exauri a postura protetiva das políticas sociais e as coloca em posição de subordinação aos interesses da classe dominante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se é uma prática comum e tampouco valorizada no mundo acadêmico o uso de



referências em uma conclusão de artigo, mas reitero aqui uma palavra ao início deste convite à leitura: Dialogar! Um dialogo que percorre caminhos, justamente assim, em um sentido mais simples, fugindo um tanto das confrarias conferidas aos processos de criação de textos acadêmicos, livros, entre outros materiais que careçam de uma formalidade e normas cultas e palavras difíceis, e não as menosprezando, de forma alguma, são necessárias, mas as entendendo aqui dentro do processo produtivo de saberes restritos.

Enfim, Mészáros (2012) ao enfatizar a existência da necessidade de mudança estrutural pertencente dentro do capitalismo, nos traz uma alternativa de construção de uma sociedade socialista, pautada em igualdade e organização coletiva, que venha a ganhar força suficiente a ponto de colocar fim à alienação existente, assim como à mercantilização do trabalho e da vida social.

Pode-se identificar um ponto de saída, uma luz ao fim de um túnel interminável de culpabilização e afastamento da classe trabalhadora das políticas sociais. Mas não sem antes pensar em soluções de como resolver a questão do trabalho alienando as pessoas para uma servidão e fetichização da mercadoria e consumo, se submetendo a condições de trabalho e outras mais que os colocam como responsáveis de si e os posicionando desfavoráveis as políticas sociais no país sem o entendimento de desmonte que as acompanha.

O olhar para o produto. O ver as políticas sociais como mercadoria, causa esse estranhamento na sociedade quanto a seus direitos. Entra-se na concepção neoliberal de esvaziamento do Estado na provisão de políticas públicas, destinando um serviço muitas vezes defasado e esvaziado — um vazio que carece de ser preenchido — o que é entendido e ocupado por agentes neoliberais, que capturam a lógica do direito às políticas sociais e as transformam em mercadoria de consumo.

Travessia! Agora não mais no sentido de percorrer uma conversa com o leitor e a leitora, mas no rumo de evidenciar um percurso histórico do trabalho no *modus operandi* capitalista em sua forma contemporânea, que não se afastou da precarização, culpabilização quanto a sua relação com o trabalhador e que agora ainda se junta a forma uberizada de controle da forma de vida desses trabalhadores, um evidenciar que não somente expressa transformações técnicas e econômicas, mas carrega consigo mecanismos muito bem elaborados de dominação.

O trabalho, que em outro momento, em sua mais pura intermediação na relação ser humano/natureza era tido como satisfação pela transformação, agora encontra-se alienado, reificado e atrelado à acumulação de capital e controle das classes trabalhadoras. Atrelado as contribuições de Marx, tal transformação do trabalho anda a pés de igualdade com o ataque à democracia e com o esvaziamento da participação social nas lutas por seus direitos.

Sob essa perspectiva, a política social é deposta de sua identidade universalizante, sendo condicionada a um produto focalizado e seletivo. A proteção que deveria ser universal, se perde como direito e incorpora-se como mercadoria. Sob as asas do neoliberalismo, os direitos que deveriam ser assegurados pelas políticas sociais, atuam como dispositivos de regulação social, desmobilização política, neutralização dos conflitos de classe e mantenedora de mecanismos de



dominação.

O neoliberalismo vai muito além de apenas ser interpretado como uma doutrina econômica, em sua essência, é uma racionalidade instaurada na sociedade, agindo, intervindo e determinando modos de viver, sentir, agir e pensar, muda não apenas o “o que” e o “como” nas coisas, ou melhor, na relação da política social, mas muda-se o “quem”, este direto as pessoas com seus pensamentos e compreensão sobre a realidade permeada pelo consumo.

Diante desse cenário, nos resta pensar e regressar a Paulo Freire com o verbo Esperançar apresentado no início deste ensaio, mas imbuído na qualidade de pergunta. Então, diante desse cenário, como esperar em meio ao controle do trabalho e esvaziamento da proteção social? De fato, apontar aqui uma fórmula pronta seria preciosismo exagerado, por isso a postura será acompanhada das intenções contidas na citação de Mészáros que nos mostra uma possibilidade de alternativa e mudança.

Sendo assim, é inegável que se faz necessário reafirmar as políticas sociais como direitos universais e inalienáveis, buscando caminhos para o afastamento do seu entendimento como favores atrelados à lógica do mercado.

Por fim, a travessia! Travessia proposta por esses escritos e que não se finda aqui: é um comunicado, um alerta e um chamado a inquietações e provocações. A construção histórica é constante e nunca em definitivo, ela existe e se modifica na realidade do seio social, sendo esta somente possível de mudanças quando entendida em sua complexidade. A constante união de trabalhadores, movimentos sociais e as contribuições de pensadores clássicos e contemporâneos engajados com a mudança, dão bases para um vislumbre mais otimista de resgate da centralidade da vida na relação humana, do trabalho satisfatório e digno e por fim, da justiça social no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 1-11, nov. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. **Boitempo**, São Paulo, 2016.

FAGNANI, E. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). Texto para Discussão. **Unicamp. IE**, Campinas, n. 308, p. 1-20, jun. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 24. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2019.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos: propriedade privada e trabalho alienado. São Paulo: **Expressão Popular**, 2015.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: **Boitempo**, 2002.

_____. *The Structural Crisis Needs Structural Change*. **Monthly Review**, v. 63, n. 10, mar. 2012.



SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2315-2325, jul. 2018.